



Intervenção da Ministra da Juventude e Modernização I Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres

25 de novembro 2024

- Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça
- Senhora Ministra da Justiça
- Senhora Ministra da Administração Interna
- Senhor Procurador-Geral da República
- Senhora Provedora de Justiça
- Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascais
- Senhoras e Senhores

Hoje, Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, reafirmamos o nosso compromisso contra uma das mais graves e generalizadas violações dos direitos humanos.

Um compromisso que não se pode esgotar em palavras ou intenções, mas que tem necessariamente de se refletir em políticas integradas, medidas concretas e numa determinação firme para prevenir e combater todas as formas de violência contra raparigas e mulheres.

Este dia é um alerta. Um apelo.

- Um apelo à reflexão
- Um apelo à união de esforços
- Um apelo à ação.

A violência contra as mulheres é um reflexo das desigualdades que persistem. Alimentada por preconceitos, por estereótipos e pela perpetuação de relações de poder desiguais entre homens e mulheres, este é um sintoma de uma sociedade que ainda não conseguiu garantir uma verdadeira igualdade de género.



Hoje, assistimos com preocupação a vários retrocessos nos direitos das raparigas e mulheres em todo o mundo. Retrocessos que ameaçam décadas de avanços conquistados com esforço e persistência e que sublinham uma realidade incontornável: **a igualdade não está garantida**. A igualdade é uma conquista frágil que exige uma vigilância constante e um compromisso contínuo para assegurar que nenhuma mulher vê os seus direitos recuarem.

Os números são alarmantes:

- A nível mundial, 1 em cada 3 mulheres já foi vítima de violência física e/ou sexual pelo menos uma vez na vida.
 - Estes dados incluem maus-tratos, assédio, violação, exploração sexual, mutilação genital, casamento forçado e feminicídio.
- Só em 2023, mais de 50.000 mulheres foram assassinadas por parceiros ou familiares.
 - Isto significa que, a cada dez minutos, uma mulher perdeu a vida no contexto de violência de doméstica.

(Fonte: [UN](#))

Todos estes números têm um rosto, um nome, uma história; são o reflexo de uma realidade que exige a nossa ação urgente e determinada.



Apesar dos avanços alcançados, Portugal não está imune a este flagelo. A violência contra mulheres atravessa fronteiras, culturas e contextos sociais e desafia todas as sociedades, independentemente do seu progresso ou estabilidade.

Reconhecer esta realidade é o primeiro passo para enfrentá-la com determinação.

Como já foi sinalizado, a principal prioridade do Governo em matéria de igualdade é a prevenção e o combate a todas as formas de violência contra as mulheres, em particular a **violência doméstica**.

- **O crime de violência doméstica é o crime contra pessoas mais registado pelas autoridades policiais em Portugal.**

Este facto, além de alarmante, é um apelo à ação. Não podemos ficar indiferentes a esta realidade.

A violência doméstica não é um problema individual, nem uma questão privada que se esgota no espaço da família. **É um problema coletivo**. Perceber isto é essencial para desmistificar estereótipos e reforçar uma mensagem importante: **A luta contra a violência doméstica e de género exige a mobilização de toda a sociedade.**

Esta luta não está circunscrita à área da igualdade. É um desafio transversal, que requer o empenho e a colaboração de todas as áreas governativas. **Que exige o compromisso de todo o Governo!**

A presença de três Ministras aqui hoje reflete a abordagem integrada que temos vindo a adotar. **Esta é uma articulação que acontece diariamente.**

Pois sabemos que só com este esforço conjunto podemos garantir uma resposta efetiva e multidimensional, que proteja as vítimas, responsabilize os agressores e, acima de tudo, previna a perpetuação deste ciclo de violência.



Para enfrentar este flagelo, o Governo não se ficou pelas palavras ou pelas intenções. **Traduzimos o nosso compromisso em ações concretas:**

1. O OE para 2025 prevê o maior investimento de sempre para prevenir e combater a violência doméstica: 26 milhões de euros, distribuídos por várias áreas governativas, que reforçam a nossa capacidade de intervenção e refletem a nossa prioridade absoluta nesta matéria.
 - a. Este reforço permitirá assegurar o financiamento integral de dois serviços essenciais: a teleassistência e o transporte das vítimas.
 - b. Mas sabemos que o combate à violência doméstica não termina quando as vítimas e os seus filhos saem de um ambiente de perigo; é fundamental criar as condições para que possam reconstruir as suas vidas com dignidade e segurança. Por isso, na proposta de Orçamento do Estado, duplicámos o montante destinado à autonomização das vítimas de violência doméstica, reforçando o apoio a quem mais precisa.

É importante sublinhar o seguinte: as casas abrigo, por mais essenciais que sejam, não podem ser vistas como um fim em si mesmas. No limite, a sua existência reflete a necessidade de responder a uma realidade que, em última instância, não deveria sequer existir – porque numa sociedade ideal, a violência doméstica estaria erradicada. **É precisamente por isso que apostar em respostas de autonomização é fundamental.** Apostar na autonomização é dar às vítimas as ferramentas para reconstruírem as suas vidas e romperem definitivamente com os ciclos de violência.

Além da teleassistência, do transporte e da autonomização das vítimas:

Estamos também a implementar, em articulação com o Ministério da Saúde, medidas que reforçam a proteção das vítimas no sistema de saúde, **garantindo que estas possam ser atendidas com segurança, privacidade e sem rastreabilidade.** Além disso, estamos a trabalhar para assegurar que estas mulheres e crianças **possam aceder aos cuidados médicos de que necessitam fora da sua área de residência, respondendo de forma célere às suas necessidades.** Este acesso seguro e confidencial à saúde é mais do que uma questão de proteção; é um aspeto fundamental da dignidade humana, reafirmando o direito de todas as vítimas a serem tratadas com respeito e cuidado.

O dia que hoje assinalamos, o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, marca também o início dos 16 Dias de Ativismo contra a Violência de Género, uma campanha global que culmina no dia 10 de dezembro, com a celebração do Dia dos Direitos Humanos.

Esta ligação intrínseca entre a eliminação da violência contra mulheres e raparigas e a defesa dos direitos humanos universais, reforça uma verdade incontestável: todas as formas de violência e discriminação comprometem a dignidade, os direitos fundamentais e o futuro das vítimas.

Neste contexto, apresentámos no passado mês de outubro o Livro Branco sobre casamentos infantis, precoces e / ou forçados, uma prática que continua a afetar raparigas e mulheres. Estes casamentos representam uma grave violação dos direitos humanos, retirando às raparigas a possibilidade de viverem plenamente a sua infância e comprometendo os seus direitos, a sua saúde e o seu futuro. Este documento é um passo essencial para compreender e combater esta realidade, garantindo que nenhum direito é ignorado ou esquecido.



Senhoras e Senhores,

Se queremos enfrentar esta realidade, há um facto que não podemos ignorar: **Qualquer mulher pode ser vítima de violência doméstica.**

Não existe um perfil único da vítima, pois a violência não escolhe contextos ou características. Atinge mulheres de todas as idades, profissões e níveis de escolaridade. Ninguém está imune a este flagelo.

- **Enfrentar esta realidade significa** desafiar preconceitos, quebrar estereótipos e educar as novas gerações para a empatia e para o respeito.
- **Enfrentar esta realidade significa** romper com o silêncio e com a indiferença, mobilizando instituições, comunidades e cidadãos para uma resposta efetiva e inclusiva.
- **Enfrentar esta realidade significa** assumir uma responsabilidade partilhada na proteção das vítimas e no combate à violência.

Enquanto sociedade, temos de reconhecer que este fenómeno nos interpela a todos e a todas. **Não podemos ser meros observadores passivos.** É nosso dever estar atentos aos sinais, apoiar quem precisa e denunciar situações de perigo.

Esta responsabilidade não se limita ao Estado, que deve garantir a implementação de políticas eficazes, mas estende-se a cada um de nós, enquanto membros de uma sociedade comprometida com a justiça, a igualdade e a dignidade humana.

- **Permitam-me, neste ponto, deixar uma palavra de profundo agradecimento às instituições e aos profissionais que, diariamente, estão no terreno.** São vocês que oferecem acolhimento, apoio e esperança às vítimas. O vosso trabalho é essencial, e a sociedade deve reconhecer e valorizar o vosso esforço e dedicação. Por isso, muito obrigado!



Este dia não pode ser visto como mais uma efeméride. **Tem de ser muito mais do que isso.**

Tem de ser um grito de alerta, um apelo à ação, à consciência coletiva, à mobilização de todos e todas.

Queremos que este momento represente mais um passo no caminho de colocar o combate à violência contra as mulheres como uma prioridade absoluta — não apenas para o Governo, mas para toda a sociedade.

Queremos que cada pessoa aqui presente saia deste encontro com a convicção de que pode fazer a diferença: enquanto governante, profissional ou cidadão. **A luta pela eliminação da violência contra as mulheres é uma luta de todos!**

Hoje, renovamos o nosso compromisso com esta causa e afirmamos, mais uma vez, que não descansaremos enquanto houver uma única mulher ou criança em perigo.

Juntos, temos o dever e a responsabilidade de construir uma sociedade onde todas as mulheres vivam em segurança.

Muito obrigada a todos e todas!